



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 274

**A COLONIZAÇÃO PROMOVIDA POR EMPRESAS E
FAMÍLIAS DO CENTRO-SUL DO BRASIL NO ESTADO
DO MATO GROSSO 1958 – 2008**

**Alexandre Rodrigues Ribeiro
Fábio Carlos da Silva**

Belém, Novembro de 2010

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Armin Mathis

Diretor Adjunto

Fábio Carlos da Silva

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragon

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 274

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

A COLONIZAÇÃO PROMOVIDA POR EMPRESAS E FAMÍLIAS DO CENTRO-SUL DO BRASIL NO ESTADO DO MATO GROSSO 1958 – 2008

*Alexandro Rodrigues Ribeiro
Fábio Carlos da Silva*

Resumo:

Após a Segunda Guerra Mundial, o governo federal implementou diversas medidas institucionais para intensificar a ocupação da Amazônia e Centro-Oeste brasileiro. No final da década de 1950 o governo JK possibilitou essa ocupação com aberturas de estradas ligando o Nordeste, Sul e Sudeste ao centro oeste e Amazônia, principalmente através da rodovia Belém-Brasília. No estado de Mato Grosso, na década de 1940, mudanças da legislação buscavam legalizar o processo de colonização privada que começara no final da década de 1950, fundamentalmente induzido por programas da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA.

Palavras-Chave: Colonização. Centro-Sul do Brasil. Mato-Grosso.

1. Introdução

Após a Segunda Guerra Mundial, o governo federal implementou diversas medidas institucionais para intensificar a ocupação da Amazônia e Centro-Oeste brasileiro. No final da década de 1950 o governo JK possibilitou essa ocupação com aberturas de estradas ligando o Nordeste, Sul e Sudeste ao centro oeste e Amazônia, principalmente através da rodovia Belém-Brasília. No estado de Mato Grosso, na década de 1940, mudanças da legislação buscavam legalizar o processo de colonização privada que começara no final da década de 1950, fundamentalmente induzido por programas da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA.

O presente artigo aborda o processo de ocupação no território norte mato-grossense decorrente da abertura das rodovias Cuiabá – Santarém - BR-163 e BR – 158, que possibilitou a entrada de migrantes e empreendimentos capitalistas na região amazônica por via terrestre, no antigo sentido Roncador – Xingu, também conhecida como expedição Brasil Central, posteriormente desmembrada pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste - SUDECO¹.

Essas duas rodovias proporcionaram, ao longo do tempo, diferentes formas de apropriação das terras. Dentre elas, será analisado especificamente no presente artigo, a da colonização privada. Iniciativa de colonização diferente das até então praticadas no país, esse modelo foi responsável pela migração de trabalhadores rurais de diversas regiões do país, considerando o “novo espaço ocupado” como primordial para a estabilização econômica e de enraizamento em terras definitivas.

Em linhas gerais, analisaremos a colonização privada com um viés para duas regiões distintas: o vale do Rio Arinos e a região nordeste mato-grossense. Na região do rio Arinos, localizada a aproximadamente 90 quilômetros da margem esquerda da BR-163, no sentido Cuiabá-Santarém, situam-se os projetos da Gleba Massapé, hoje município de São José do Rio Claro e da Gleba Continental, hoje município de Nova Maringá. Ambos os municípios foram colonizados por empresários do Norte do Paraná, cuja característica da colonização seguiu o modelo paranaense embasado na economia familiar camponesa.

Já na região nordeste mato-grossense, além da colonização focada na venda de terras para pequenos agricultores do sul, predominou também a apropriação das terras públicas estaduais por grandes empreendimentos do centro-sul brasileiro, que constituíram grandes latifúndios, onde a terra foi utilizada principalmente como elemento para a especulação no mercado fundiário.

Nessa última região, analisaremos a colonização de Canarana, onde o modelo de colonização por cooperativas trouxe agricultores do Rio Grande do Sul que não tinham acesso a terra naquele estado. Ainda na região nordeste do Mato Grosso, será abordado o processo de compras de terras por empresários do sul e sudeste em um local onde já havia posseiros e indígenas. Trata-se da fazenda Suiá-Missú, localizada na região de São Félix do Araguaia. Nesse aspecto, os contrastes

¹ A expedição Brasil Central foi responsável pela fundação de diversas cidades no centro-oeste e motivadora para a mudança da Capital Federal do Rio de Janeiro para o interior, no caso, Brasília.

políticos e ideológicos foram constantes nos entraves entre pessoas que já habitavam a região e a chegada de novas “bandeiras”, agora com capital financeiro e o apoio político do Estado.

2. Aspectos institucionais

A investida para os sertões brasileiros do Brasil Central foi uma estratégia governamental com o objetivo de “ocupar vazios demográficos” e expandir a fronteira econômica e agrícola para o Centro Oeste e Amazônia, incorporando essa região à economia de mercado brasileira. Mato Grosso, por consequência, é absorvido nesse processo, através do avanço da ocupação rumo ao norte do estado. As tentativas da colonização “espontânea” e dirigida foram fortalecidas com a “ótica do capital”, o surgimento de órgãos como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e o Banco da Amazônia – BASA, e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste – SUDECO, órgãos financiadores e de estímulos fiscais para latifundiários e empresas se instalem na região Amazônica.

...O governo colocou à disposição de latifundiários e fazendeiros (através da SUDAM, BASA E SUDECO) estímulos e favores fiscais e creditícios, políticos e econômicos, para a formação e o crescimento de latifúndios, fazendas e empresas agropecuárias, de extrativismo e mineração. Deste modo, desde 1966, identifica-se a colonização espontânea na região.²

O fluxo migratório demandante de terras não foi absorvido pela colonização oficial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. “Os projetos oficiais não atenderam nem mesmo às exigências mínimas relativas à infra-estrutura”.³ A partir de então o Estado aparece como fomentador da desapropriação e venda de terras para o capital que surge das regiões sudeste e sul do país.

O plano de desenvolvimento da política privada da colonização na gestão do Estado Novo (1937-1945) fazia parte da iniciativa de estratégia de ocupação do Oeste brasileiro, considerando a instância nacional, e a nível local, a ocupação do Norte do Estado de Mato Grosso. Todavia, na prática, o Estado acabava por limitar o empreendedorismo particular capaz de promover sua ocupação, não atendendo o desejo de colonização empresarial. Nesse sentido, surgiram os grandes latifúndios formados por particulares com a intenção de promover a colonização e o desenvolvimento das atividades agropecuárias. As empresas de colonização que foram constituídas buscavam principalmente auferir ganhos monetários com o aumento de rendas decorrentes do processo de negociações de terras, fato que não ocorreu com os projetos oficiais.

Com a deposição de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo em 1945, a promulgação da Constituição de 1946 restabelece as liberdades democráticas que caracterizaram as constituições republicanas anteriores a 1937⁴. Em Mato Grosso os governos constitucionais que assumem o Estado dão um caráter continuista às alienações indiscriminadas de terras objetivando a política de colonização. Esse modelo começa com a iniciativa de contratar serviços de terceiros para implantar

² FERREIRA, Eudson de Castro. **Posse e propriedade territorial: a luta pela terra em Mato Grosso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986. pg. 65

³ Ferreira, op. cit., pg. 65

⁴ MORENO, Geslaene. **Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismo de Burla: 1892-1992**. Cuiabá: Entrelinhas/ EDUFMT, 2007.

projetos de colonização. Com o fim do Estado Novo e a Nova Constituição de 1946 os estados passaram a ter autonomia na concepção da política agrária que era centralizada antes pelo governo federal.

Em Mato Grosso essa atividade iniciou-se no Governo de Arnaldo Esteves de Figueiredo, nos anos de 1947 a 1950, quando teve início a formulação da política de colonização estadual. A substituição da Diretoria de Terras e Obras Públicas pelo Departamento de Terras e Colonização (D.T.C.) e a criação da Comissão de Planejamento da Produção (C.P.P.), em 1947, foi o início das mudanças que deflagraram o início da colonização privada no Estado⁵.

Essa nova estrutura criou o órgão setorial de apoio à “Divisão de Colonização, Delegacias, Comissões e Agências de Terras e Colonização e a Divisão de Advernantas que viam na descentralização uma solução eficiente para os vários problemas do órgão,”⁶ revelando que o Código Estadual de Terras (Lei 336 de 1949) assegurava ao Estado a implantação de projetos para colonização. Essa lei não agradava aos setores políticos nem econômicos e o Governo de Fernando Corrêa da Costa, quando assumiu o Estado, em 1951, introduziu o dispositivo (Lei 461/51) no código de terras assegurando o direito de contratar os serviços de terceiros para a colonização das áreas, ou parte delas, reservados para esse fim. Segundo o governador, o estado não estava habilitado “nem técnica, nem financeiramente”, para propiciar os benefícios ao seu povoamento. Soares ainda cita que foram emitidos:

...em 1958, 552 títulos provisórios com área aproximadamente de 1.800.000 hectares, enquanto 491 títulos definitivos foram lavrados, abrangendo uma área de 2.637.142 hectares... e o registro da entrada de 3.229 requerimento de compra de terras devolutas. O município que mais vendas registrou foi o de Barra do Garças, onde se expediram 134 títulos definitivos com 701.000 hectares... seguido de Diamantino e Chapada dos Guimarães.⁷

No entanto, o órgão responsável pelo planejamento e vendas de terras na época era objeto de críticas pelo próprio governo, “... a febre na aquisição de terras neste Estado é tão grande que mesmo os seringais já estão sendo invadidos pelos requerimentos e se tornando em propriedades particulares.”⁸

O órgão federal responsável pela fiscalização das empresas colonizadoras foi o INCRA. Cabia-lhe o papel de aprovar os projetos que as empresas apresentavam, bem como o acompanhamento da execução física dos mesmos.⁹

Esses projetos e suas aprovações cumpriam critérios estabelecidos em lei e em outras instruções básicas e também geravam obrigações para as empresas privadas, conforme Art. 61 e respectivos parágrafos, seção II, Lei n. 4.504 de 1964.¹⁰ Algumas das obrigações eram: a) abertura de

⁵ MORENO, op. cit.; e SOARES, Luiz Antonio Barbosa. **TRILHAS E CAMINHOS: Povoamento não-indígena no Vale do Araguaia-MT, na primeira metade do séc. XX**. UFMT, 2004. (Dissertação de Mestrado)

⁶ Moreno, op. cit.; Soares, 2004.

⁷ Soares, 2004, pg. 85 e 86.

⁸ Soares, op. cit.

⁹ Moreno, op. cit. pg. 173.

¹⁰ Lei n. 4.504 de 1964. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>, acesso em 02.06.2010.

estradas de acesso à área a ser colonizada; b) demarcação do perímetro da área e dos lotes individuais; c) construção de armazéns, escolas e postos de saúde; d) delimitação do perímetro urbano, com aruamento, demarcação dos lotes e quadras; e) assistência técnica e creditícia; f) manutenção de reservas florestais nos vértices de espigões e nas nascentes.

Após as avaliações nos locais da colonização, verificavam-se os aspectos físicos, sociais, econômicos e jurídicos, o processo era finalmente avaliado no INCRA em Brasília. Entre as décadas de 1980 e 1990, 33 empresas privadas foram registradas no INCRA de Mato Grosso, responsáveis por 88 projetos de colonização.¹¹

3. Rumos da colonização privada

Na atual mesorregião norte de Mato Grosso, mais especificamente no município de Diamantino, a ocupação aconteceu por determinados ciclos econômicos distintos, entre eles o ouro, borracha, diamante, pecuária e atualmente a agricultura. Diamantino está cravado no divisor hidrográfico das bacias Platina e Amazônica, cujas nascentes eram tomadas por grandes seringais.

Através das legendárias penetrações bandeirantes do Rio Cuiabá, em 1728, foi anunciada a descoberta de ouro fácil nas nascentes do rio Paraguai e a região ficou conhecida como Paraguai – Diamantino e posteriormente somente Diamantino. O primeiro arraial ganhou vida pelos resultados abundantes da mineração. No final do século XIX houve a decadência da mineração do ouro e do diamante, a economia de Diamantino passou a depender da extração do látex da seringueira.¹² Diamantino foi elevado à categoria de vila, comarca, câmara e município várias vezes, mas só em 1958 conseguiu sua estabilidade, pela Lei n. 370, que demarcou definitivamente sua área.

A partir de então, através do processo de colonização privada, o governo do estado de Mato Grosso inicia o desmembramento do antigo município de Diamantino.

Território de várias nações indígenas, o antigo município de Diamantino estendia-se até a confluência dos rios Juruena e Teles Pires, abrangendo um extenso território. (...) À medida que crescia a migração, criavam-se núcleos de colonização... Com exceção dos municípios de Alto Paraguai, que nasceu do garimpo de diamante, e Campo Novo do Parecis, que surgiu em torno de grandes fazendas de soja, todos os outros municípios desmembrados de Diamantino nasceram de núcleos de colonização.¹³

Entre os municípios que surgiram estão São José do Rio Claro e Nova Maringá, localizados na microrregião do Alto Arinos. Como se deu em todo o estado de Mato Grosso, os conflitos também aconteceram nessa região, principalmente com indígenas e com posseiros nas localidades mais próximas da cidade de Diamantino e posteriormente São José do Rio Claro.

¹¹ Moreno, op. cit.

¹² ESTADO DE MATO GROSSO. *Assessoria de Informações Técnicas – AIT. 1984*; ROCHA, Gisélia Silva. **O seringal e o seringueiro**. In: Diamantino: do extrativismo à agricultura moderna. João Carlos Barrozo. Cuiabá: NERU/CNPq/ SEMEC de Diamantino, 2002. 198.: (Cadernos do NERU, número especial)

¹³ NÉSPOLI, Marisol. **A questão agrária no município de Diamantino**. In: Diamantino: do extrativismo à agricultura moderna. João Carlos Barrozo. Cuiabá: NERU/CNPq/ SEMEC de Diamantino, 2002. 198.: (Cadernos do NERU, número especial) pg. 170

O modelo predominante da colonização privada nesses dois municípios foi o da pequena e média propriedade. No entanto, grandes projetos com fundos institucionais também se instalaram na região num viés latifundiário agroindustrial. Esses aspectos proporcionaram uma dualidade produtiva na região, um setor agrícola familiar, que ficou ausente da presença institucional e do financiamento, e por outro lado o setor latifundiário, receptor de diferentes meios de financiamentos oficiais. O contraste ficou marcado ao longo do processo de desenvolvimento da região. Os latifúndios com financiamento oficial “abriam” suas terras com recursos para contratação da mão-de-obra e para a aquisição de gado. Já o pequeno proprietário de terras adquiridas da colonizadora particular, por não ter financiamento, utilizava-se de práticas agrícolas trazidas de outras regiões do país, no caso de São José do Rio Claro e Nova Maringá, trazidos do norte do estado do Paraná.

4. Colonos do Paraná

A colonização privada de São José do Rio Claro e Nova Maringá aconteceu através da aquisição de terras por empresários com o objetivo de comercializá-las com pequenos agricultores paranaenses, região dos próprios empresários.

O estado do Paraná, localizado na região sul do Brasil, conhecido como a “Terra de Todas as Gentes”, no seu processo de colonização recebeu migrantes que vieram não só do Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil, mas também migrantes europeus e japoneses. Esses fixaram juntando-se aos índios, ao português e ao negro, três elementos básicos que formaram o povo e a cultura paranaense.¹⁴

A migração para o Paraná acentua-se mais nas décadas de 1930-1940, quando a economia cafeeira atinge o estado e a colonização dirigida e privada planeja a expansão das pequenas explorações agrícolas, marcando definitivamente sua estrutura agrária.

O café aparece timidamente no norte do Paraná por volta de 1860, em algumas grandes fazendas e constitui uma primeira frente pioneira que se estende lentamente. Este tipo de povoamento é diferente daquele do Sudoeste e do Oeste, estendendo-se de maneira regular e uniforme durante as duas primeiras décadas do século XX. A proximidade com São Paulo cria condições de mercado propícias a quebrar o isolamento, a despeito das dificuldades de transporte; a ação colonizadora do governo do Paraná e, sobretudo das companhias privadas cria, entretanto, uma infra-estrutura favorável à instalação de pequenos e médios proprietários. ...Associando a pequena pecuária à agricultura de subsistência, geradora de excedentes que vêm reforçar o mercado interno e a atividade econômica regional, a pequena propriedade agrícola cria raízes e tradição. O Paraná é um exemplo marcante do quadro que acaba de ser descrito: apesar da persistente presença de grandes latifúndios, a pequena propriedade familiar se instala perto das cidades e vilarejos desde o final do século XIX, a leste do Estado.¹⁵

A citação demonstra o viés da colonização que se instalou no norte do Paraná e que devido o processo da produção cafeeira nas grandes propriedades proporcionar condições de ganho ao

¹⁴ Governo do Paraná, 1995-2009. Disponível em:

<http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=73> acesso em 29 de maio de 2010.

¹⁵ SWAIN, Tânia Navarro. FRONTEIRAS DO PARANÁ: da Colonização à Migração.

Disponível em http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37774.pdf acesso em 31 de maio de 2010. Pg. 21 e 26

trabalhador das grandes fazendas, conhecidos como meeiros ou “formadores de café”, esse tipo de trabalho propiciou renda suficiente a aquisição de pequenos lotes de terras, variando de pequenas “granjas” de 5 e 10 hectares, nas proximidades urbanas, e normalmente inferior a 50 hectares, nos locais mais afastados.

Esse modelo ocorre principalmente no oeste. Esse perfil de pequeno agricultor consegue se sustentar através da agricultura familiar de subsistência. No início da década de 1970 o modelo agroindustrial apoiado pela política governamental, substituindo a produção cafeeira pela produção da monocultura, principalmente a soja, transforma a economia e as direções dadas pelo governo vão mudar tal situação para “racionalizar” a atividade agrícola.

A importância dada à mecanização e às culturas de exportação criou condições de concorrência insustentáveis para o pequeno camponês, em face das novas empresas agrícolas subvencionadas pelo governo.”¹⁶ O camponês pressionado migra para Mato Grosso nas décadas de 1960, 70 e 80. Os motivos são vários, mas o principal, a impossibilidade de concorrência com a agricultura mecanizada e com subsídios. Assim os pequenos agricultores vendem suas terras no Paraná dando início a uma nova saga, agora rumo ao Centro-oeste do Brasil.

4.1 Colonos do Paraná no Mato Grosso – São José do Rio Claro

A colonização privada no vale do rio Arinos teve como meta trazer pequenos proprietários de terras do norte do estado do Paraná, cujas atribuições técnicas se equiparavam ao “modelo” de colonização idealizado pelo empresário proprietário da empresa de colonização, no caso a família Briante, proprietários da Imcol – Imóveis e Colonização Ltda. A colonização em São José do Rio Claro inicia-se no final da década de 1960 e os primeiros colonos migrantes eram da região de Marialva-PR. Os objetivos da migração eram vários, mas principalmente o fato que com o dinheiro apurado pela venda da terra no Paraná, os colonos poderiam obter até 3,6 vezes mais extensão de terras no Mato Grosso.

A produção agropecuária nos lotes comercializados pelos colonizadores, cujo lote padrão, semelhante ao da colonização do Norte do Paraná, tinham medidas com objetivos específicos: entre 10 a 24,2 hectares era para a produção de leite e carnes. Já os lotes de 24,2 a 40 hectares eram conhecidas como parcela agrícola simples, idealizados para o plantio de culturas agrícolas anuais. Nos lotes maiores que 40 hectares, as parcelas agrícolas eram chamadas de funcionais, cujo objetivo era para desenvolvimento de futuros projetos, como por exemplo, da heveicultura.¹⁷

As áreas menores de 25 hectares não eram consideradas pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário, como lotes rurais. No entanto na Gleba Massapé I, primeira gleba do projeto de colonização privada, já haviam sido vendidos lotes abaixo de 25 hectares, fato que dificultou a liberação da documentação desses pequenos lotes junto ao INCRA. O Estatuto da Terra, Lei no. 4.505, de 30 de novembro de 1964, limita a posse da terra pelo pequeno proprietário:

¹⁶ (SWAIN, op. cit, pg. 36).

¹⁷ GUIMARÃES, Marcelo Duncan Alencar. **Os colonos de Rio Claro – uma colonização no norte de Mato Grosso**. Itaguaí – RJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Ciências do Desenvolvimento. 1988.

A conjuntura histórica em que a referida lei foi gerada e passou a vigorar ajuda a compreender as limitações do estatuto proposto que dificilmente atenderia às reivindicações dos pequenos lavradores pois, se colocado em prática, ele iria contrariar os interesses dos grupos econômicos que estimularam e aderiram ao golpe militar com a esperança de beneficiarem-se dele.¹⁸

A justificativa da colonizadora mostra que as pequenas áreas, denominadas de “granjas,” seriam para atender a demanda de comerciantes e outros profissionais do centro urbano que precisassem de pequenas áreas para produção hortifrutigranjeira. De qualquer forma, nota-se que a cultura da pequena propriedade foi inserida pela colonizadora.

Nessa época os títulos das terras não eram liberados pela FUNAI, pois havia muitos remanescentes indígenas na região. As escrituras começaram a ser expedidas após a “expulsão” definitiva dos mesmos em 1972. A região tinha grande procura por terras, um dos motivos era o fato de, após 1972, já ser possível emitir escrituras de posse. O que não acontecia nas regiões fora da Gleba, que antes do governo conceder títulos definitivos, passavam títulos provisórios sem exigência legal, perdendo seu valor com o tempo. Por esse motivo, a ótica da colonizadora com o projeto de colonização privada começa a ser atendido.

As terras da região eram consideradas pelo INCRA para múltiplas utilizações como lavouras perenes: café, seringueira e pimenta do reino. No entanto, com a baixa fertilidade da terra, “seriam necessárias práticas agronômicas apropriadas e o emprego de insumos”.¹⁹ Ainda segundo Guimarães, com dados da Emater- MT, o teor de fósforo era muito baixo, potássio baixo, alumínio “média toxidez”, cálcio magnésio “muito baixo”, matéria orgânica “nulos” e também uma região “muito arenosa”. Esse fato foi comprovado posteriormente onde vários produtores desistiram da produção da cafeicultura devido a falta de capital para investimento e de assistência técnica. Fato que na região paranaense não era necessário, devido à boa qualidade da terra.

As primeiras propriedades de terras foram adquiridas por pequenos agricultores familiares que passavam as maiores dificuldades no Paraná, pequenos sítiantes ou percenteiros que também foram, na maioria, os primeiros a desistirem do novo empreendimento, as dificuldades em lidar com a terra “fraca”, doenças e falta de assistências, faziam com que muitos voltassem a seu local de origem e outros simplesmente se estabelecendo na área urbana. Entre os compradores de terras também existiam os “investidores”, profissionais liberais e comerciantes, que consideravam a terra como “poupança”, ou seja, compravam e aguardavam valorização para futura venda. As formas de aquisição se davam com diversos meios de pagamento: com a venda da madeira; realização de trabalho para a colonizadora – construção civil, aberturas de estradas, construções de pontes etc.; aquisição de loteamentos de grandes áreas para desmembramento e posteriormente revendas.²⁰

Contudo, a garantia da obtenção do título da terra em si, não assegurava a fixação do trabalhador no campo, pois as dificuldades para produção e a ausência de mercados para

¹⁸ FERREIRA, Eudson de Castro. **Posse e Propriedade territorial : a luta pela terra em Mato Grosso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986. pg. 52

¹⁹ Guimarães, op. cit. pg. 90

²⁰ Idem

comercialização criaram certo “vazio” e incerteza, até que os primeiros projetos com ajuda financeira para produção da seringueira trouxeram um novo perfil para a região: a de produtora da heveicultura. Nessa época, meados da década de 1970, São José do Rio Claro recebeu o nome de “capital da borracha”, fato que deu um impulso ao município que se emancipou em 1981. A presença institucional estava presente na região, dessa vez, inserida também para o pequeno produtor através da Superintendência Nacional da Borracha - SUDHEVEA, essa instituiu o Pró-Hevea, antecipando o ideal do Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural - PROBOR. O lançamento do Probor em 1972 foi em três edições, e visava à auto-suficiência nacional do suprimento de borracha natural.

Movido a subsídios e incentivos, e longe de atingir seus objetivos, o PROBOR sobreviveu até 1985, não conseguindo aprovar novos projetos a partir desta data. Com o fracasso do PROBOR e da política de crédito subsidiado, o Conselho Nacional da Borracha - CNB e a SUDHEVEA são extintos em 1988 e suas atribuições são absorvidas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente e pelo IBAMA, respectivamente.²¹

No final da década de 1980 a exploração madeireira sem manejo florestal praticamente eliminou a floresta, e assim retirou do município mais de 40 unidades industriais que ali se instalaram com a colonização. Essas indústrias migraram para a nova fronteira agrícola mais ao norte. Com o fim do Probor, poucos foram os pequenos produtores que continuaram cultivando a Hevea, pois as dificuldades com o preço e a falta de assistência técnica inviabilizavam economicamente sua produção.

Das grandes propriedades que receberam os maiores recursos do Probor, a maioria foi vendida a novos especuladores que não menos infelizes transformaram os vastos seringais em áreas de pastagens e na seqüência a transformação dessas pastagens em áreas para cultivo mecanizado da soja. Como na região sul, a ausência de políticas públicas para o pequeno produtor atrai o poder do capital e o processo da monocultura agroindustrial.

As pequenas propriedades e sítios agrícolas ocupados pelo campesinato, que ali chegou ao final da década de 1960 e início da década de 1970, se juntam, no final do século XX e na primeira década do século XXI, aos muitos assentamentos agrícolas do município. Entre eles, estão alguns dos primeiros colonos que venderam suas terras nos piores momentos e para voltar à agricultura receberam novas terras do governo.

A ausência de Políticas Públicas despertou iniciativas endógenas. O conhecimento tácito dos produtores da Hevea na região do Arinos estabeleceu uma correlação econômica, social e cultural decorrente da ausência institucional, pois a assistência técnica se ausentou juntamente com o órgão financiador após o “encerramento” do programa, e também da questão econômica, devido não haver política de controle de preços capazes de competir com o subsídio recebido pelo produto originário da Ásia.

A subsistência e insistência dos produtores locais se manifestou através de atividades individuais dos produtores da Hevea, que buscaram novos clones mais resistentes e parcerias técnicas

²¹ RIBEIRO, Alexandre Rodrigues. **A exploração da seringueira no Brasil e Mato Grosso: um resgate dos aspectos econômicos, das políticas nacionais, das relações de trabalho e dos processos tecnológicos.** Monografia apresentada ao departamento de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso, 1997.

da Secretaria de Agricultura. Essa parceria propiciou a criação de alternativas e possibilitou expectativas locais para produzir derivados da borracha, conhecidos como couro vegetal, utilização de tinturas em borracha não coagulada, derivados leves de borracha etc..

Considera-se esse aspecto como aprendizagem e inovação, onde os atores locais tomam decisões adequadas em investimentos e tecnologias que culminam num entorno inovador.²² Essa característica está representada dentro dos aspectos da cultura e da sociedade, onde a questão familiar é marcante e possível através do processo de colonização anterior que privilegiou a apropriação familiar em pequenas propriedades, daí proporcionando os recursos humanos para parte das atividades endógenas. Liderados pelos produtores pioneiros, os remanescentes da Hevea despertaram para uma nova bandeira, dessa vez a ecológica e de sustentabilidade, a base é a defesa da natureza:

Ao contrário, a preocupação com a defesa da natureza torna-se uma atitude prudentemente racional. A ciência da ecologia diz-nos, com efeito, que, além de um certo limite, a degradação da natureza é também a degradação da vida humana; mostra-nos que o aniquilamento da natureza leva ao aniquilamento, ao auto-aniquilamento da humanidade.²³

Nesse sentido, defendendo a permanência dos antigos seringais, o uso de novos clones mais adaptados à região, e o uso do látex para confecção de produtos considerados “verdes”, os seringalistas conseguiram parcerias para a inserção de novos plantios, sendo para eles próprios e também em assentamentos rurais.

4.2 Colonos do Paraná no Mato Grosso - Nova Maringá

Foi em 1969 que teve início o processo de colonização privada em Nova Maringá. Vindo da cidade de Maringá-PR, o português de nascimento, Sr. Antônio José da Silva, juntamente com técnicos agrimensores, inicia as atividades de demarcação das terras na então denominada Fazenda Continental, que passa a ser denominada de Gleba Continental. No ano de 1971 foi construída uma estrada que ligava a Gleba Continental até a cidade de São José do Rio Claro - centro político e econômico regional.

Conforme o relato dos primeiros agricultores que chegaram ao hoje município, os lotes eram disponibilizados para compra conforme o poder aquisitivo do comprador, sendo “cortados” a partir de 10 a 25 hectares, chegando a ter lotes próximos de 3.000 hectares nas proximidades do centro urbano. Registram-se nesses anos iniciais as dificuldades de acesso a região, fato que manteve a região

²² BARQUERO, A. V. (2002). **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Tradução de Ricardo Brinco. –Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

²³ MORIN, E. Por um pensamento ecologizado. In: **Faces do Trópico úmido : conceitos e novas questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente** / Edna Castro, Florence Pinton – org. – Belém : Cejup : UFPA – NAEA, 1997. Pg. 56

pouco explorada nos primeiros anos, sendo que o aumento mais expressivo da população teve início a partir de 1978.²⁴

No modelo de colonização, o colonizador impusera o que seria por ele ideal, considerando que o adquirente das terras era de Maringá-PR, fato que favoreceu a migração do pequeno agricultor daquela região, com característica de agricultor familiar. No entanto, o migrante que se dirigiu para Nova Maringá já tinha um novo perfil, diferentemente dos primeiros colonos que migraram para São José do Rio Claro no final da década de 1960, esse buscava maior segurança produtiva, devido ao fracasso da agricultura mecanizada na pequena propriedade no sul que não atendia mais suas necessidades econômicas e sociais.

A soja foi a cultura ideal de substituição do café; planta fácil de se cultivar, inteiramente mecanizável, dotada de vantagens fiscais e do apoio do governo. Sua cultura se estendeu como um rastilho de pólvora. As verbas do governo destinadas à produção da soja passaram de 3% em 1969 a 17% em 1975. A superfície do cultivo de soja no Paraná passa de 5.643 ha em 1960 para 3.007.841 ha em 1980. Este desenvolvimento produz uma inversão na relação culturas permanentes/culturas temporárias. (Em 1960: 48% e 52% respectivamente, e em 1970: 28% e 72% das superfícies cultivadas.) Em 1980 esta diferença ainda se acentua: as culturas temporárias ocupam então 76% da superfície valorizada, sendo uma grande parte desta porcentagem representada pela soja.²⁵

Entre os motivos para adquirir maior volume de terra, também estavam as tentativas de fugir das geadas que assolaram a agricultura paranaense nos meados da década de 1970, principalmente as plantações de café e trigo.

O projeto Probor que estava vigente na época, era um dos fatores diferenciais pretendidos pelos agricultores, pois "... depois de 06 anos de mecanização no Paraná, não se trabalhava mais para o lucro, só para pagar dívida com o banco, a terra era pouca, tinha a geada. Então... Nova Maringá dava esperança de poder plantar café, borracha..."²⁶

No entanto, devido à fragilidade da terra para a plantação do café e o fracasso do Probor, como no caso de São José do Rio Claro, muitos pequenos proprietários não conseguiram nem abrir suas propriedades, pois doenças e dificuldades produtivas fizeram com que voltassem para seu Estado de origem ou se alocasse em áreas urbanas mais próximas, abandonando de vez a propriedade.

Por duas décadas a extração madeireira e a agropecuária foram os aspectos econômicos de maior destaque. Registra-se por volta do final dos anos de 1990, o início da plantação de soja no município, principalmente nas maiores fazendas que iniciaram com a agropecuária e posteriormente migrando para a modalidade agrícola mecanizada. Um aspecto diferencial na economia local foi a operação Curupira – ação da polícia Federal em 2005 que fechou diversas madeireiras irregulares no Estado do Mato Grosso – esse fato repercutiu negativamente na economia local, pois dependia diretamente desse setor para a geração de emprego e renda. Por outro lado, a iniciativa sustentável da exploração madeireira ganhou um novo impulso e persistem através do manejo florestal suas

²⁴ Secretaria de Agricultura de Nova Maringá, 2008.

²⁵ SWAIN, op. cit. pg. 31

²⁶ M. J. R. Migrante para Nova Maringá em 1979 – conhecedor da Gleba Continental. Nova Maringá, 2008.

atividades de exploração e sustentabilidade. A chamada indústria sustentável ainda é a pouca chance de ver a floresta em pé, pois a “força” da monocultura latifundiária está fortemente presente no município atualmente.

Com informações recentes da Secretaria de Agricultura do município, quanto aos primeiros colonos proprietários das pequenas propriedades, esses buscam alternativas individuais, através de contatos e buscas por experiências de outros municípios, estão desenvolvendo iniciativas como a chamada “indústria agrícola”, através da aquisição de máquinas para industrialização de salame, queijos, doces e recentemente conseguiram licença para instalação de um abatedouro bovino municipal, fato que retornará a comercialização de carne de produção local. Antes porém, a região era abastecida por grandes frigoríficos de municípios mais abastados.

Quanto a heveicultura, a gestão atual da Secretaria de Agricultura, desenvolveu individualmente um projeto para plantio nos assentamentos rurais e replantio para os primeiros colonos que participaram do Probor, no entanto, devido à falta de Licença Ambiental Única - LAU e Geoprocessamento das áreas, esse projeto foi proibido pelos órgãos ambientais. Hoje a secretaria possui mais de 120 mil mudas prontas para o plantio que não podem ser realizadas. Retrata-se que os pequenos produtores pioneiros fazem parte dos projetos e insistem com as iniciativas endógenas.

5. A colonização na mesorregião nordeste do Mato Grosso

A antiga grande Barra do Garças, constituída pelos municípios de Luciara, São Félix do Araguaia, Xavantina, Água Boa e Canarana, localizada no Leste mato-grossense, foi a região mais antiga utilizada pela política de ocupação da Amazônia, conhecida no Governo pós- 64 de “novo eldorado” e “porta da Amazônia”. Ressalta-se que naquela época a Amazônia era vista como um espaço a mais a ser “ocupado”, o que proliferou uma ocupação sem considerar a cultura local e os povos tradicionais ali existentes. Portanto, o fato de usar um nome generalista sobre a Amazônia, por si só acaba por encobrir uma diversidade de agentes sociais da região.²⁷ A implantação de projetos agropecuários em forma de grandes latifúndios nessa região e os incentivos fiscais do governo através da SUDAM, geraram conflitos históricos, “pois já havia população ali”, como indígenas, posseiros, pequenos e grandes proprietários.²⁸

Ressalta-se que, com a chegada do capital e a aquisição de terras, muitos conflitos eclodiram devido a chegada de empresários das regiões Sul e Sudeste para a “ocupação das áreas já ocupadas”:

... o governo vendeu terras sobre seu domínio incluindo aldeias indígenas, desrespeitando a própria lei que proíbe vendas dessas áreas, vendeu terra em Luciara com posseiros

²⁷ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

²⁸ ALMEIDA, Geraldo José de. **O médio Araguaia: igreja e mudança**. Departamento de Geografia e História da Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado em História, área de História e política do Brasil. Fundação Universidade de Brasília, 1983.

residentes há mais de dez anos, como no povoado de Santa Terezinha, fundada em 1910 e localizada no município de Luciara... o Estado vendeu inclusive as terras em que se situava o próprio povoado.²⁹

Além dos conflitos entre os novos e antigos ocupantes, a superposição de títulos gerou conflitos entre os próprios fazendeiros. Dessa forma, o investimento agropecuário para promover o desenvolvimento da Amazônia no Estado de Mato Grosso, teve a participação governamental tanto pela venda das terras, bem como o financiamento da SUDAM, setor governamental responsável para o financiamento dos empreendimentos.

Os primeiros projetos aprovados pela SUDAM no Mato Grosso datam do ano de 1966, sendo que o destaque foi a Agropecuária Suiá-Missú S/A, localizada no município de São Félix do Araguaia, hoje na microrregião do norte do Araguaia, que recebeu incentivos fiscais na ordem de Cr\$ 7.878.000 para investimento nos 695.843 hectares da empresa. Ainda, 66 empresas entre elas internacionais, haviam obtido aprovação do governo federal em 1970 para atuar na região, ocupando uma área superior a dois milhões de hectares.³⁰

Para Oliveira, a Suiá-Missú possuía 500.000 hectares de acordo com a Sudam, e 670.000 hectares segundo Ianni (1979^a: 124).³¹ A divergência sobre a quantidade de terras é grande, pois outra informação mostra que o empresário Ariosto da Riva adquiriu a fazenda e se associou ao Grupo Hometto, do empresário paulista Hermínio Ometto, atingindo uma área de aproximadamente 800.000 hectares, passando a denominar-se Agropecuária Suiá-Missú S.A., “ficando conhecida na década de 70 como o maior latifúndio brasileiro, senão da América Latina”.³² A agropecuária Suiá-Missú é alvo de disputas judiciais ao longo do tempo e na década de 1960 ainda era conhecida como terra Marãiwatsédé.

Marãiwatsédé ainda hoje é terra nossa do povo xavante desde que fomos tirados da sede antiga fazenda Suiá-Missú e fomos encaminhados a ir longe, mais ou menos umas duas léguas, onde não tinha água suficiente no tempo da seca e no tempo da chuva era só lama. O primeiro invasor, Ariosto da Riva, chegou no ano de 1960. Agora, naquele tempo não se sabe como ele chegou para invadir e abrir terra que já era ocupada pelos Xavante. Será que o governo do estado naquele ano 60 não pensou nos índios morando naquela região? Os dois estados de Mato Grosso eram unidos, eram um só. Nós fomos coitados pensando hoje assim. Porque Ariosto da Riva, mesmo com presença de Xavante era dono da terra com 800.000 (oitocentos mil) hectares. Imagina, quem é que deu tanta terra assim? E índios que moravam naquela terra foram jogados onde? Fazer assim com pessoa digna é uma loucura. Depois chegaram outros como o Sr. Orlando Ometto, Dr. Hermínio Ometto. Então vieram diversos tipos de doenças, que os Xavante não conheciam. E morreram muitos. Então isso era que uma grande desculpa e golpes de manobra pelos invasores para que os Xavante fossem tirados para a Missão de São Marcos no ano 1966. A denominação da fazenda Suiá-Missú foi dada erradamente pelos invasores daquela terra fazenda. Aquela terra sempre era

²⁹ ALMEIDA op. cit. pg. 136 e 137.

³⁰ Soares (op. cit. pg. 98).

³¹ OLIVEIRA, Luiz R. Cardoso de. **Colonização e Diferenciação: os colonos de Canarana**. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 1981.

³² REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. 2004. **Suiá-Missú, Mato Grosso: sob ameaças, os akwe-xavante retornam ao seu território**. Disponível em <http://www.justicaambiental.org.br> acesso em 03 de fevereiro de 2010.

ocupada pelos Xavante A'uwé upitab, que quer dizer "povo autêntico" desde 1900 (Mil e novecentos) que os primeiros invasores nem conheciam a denominação da gente.³³

A disputa da terra entre fazendeiros e indígenas acarretou na transferência dos indígenas para outras áreas conhecidas como terras indígenas, pois utilizados como mão-de-obra para a abertura da fazenda, os mesmos não se adaptavam, então foram reconduzidos para junto de outros povos indígenas. Data-se na década de 1990 um levantamento feito por organizações italianas de cooperação sobre investimentos italianos na Amazônia a identificação da fazenda Suiá-Missú em nome de uma multinacional daquele país. A intenção de devolução das terras aos indígenas gerou ainda mais especulação sobre a posse da terra, como segue:

Em abril de 1990, a "Campagna Nord-Sud, Biofera, Sopravivvenza dei Popoli, Debito" - formada por organizações italianas de cooperação, ambientalistas, sindicatos e parlamentares - apresentou o "Dossier Brasile: responsabilità italiane in Amazonia" como resultado de uma pesquisa realizada em 1989 sobre os investimentos italianos na Amazônia. O dossiê examinava alguns latifúndios de propriedade de empresas italianas e as conseqüências desses empreendimentos no ambiente amazônico. Foi reconstruída assim a história da "Agropecuária Suiá-Missu S.A." e identificada a antiga reivindicação dos Akwe-Xavante orientais de voltar para as suas terras tradicionais, de onde foram forçosamente removidos em 1966 para que a fazenda 'Suiá-Missu' se instalasse, no município de São Félix do Araguaia, estado de Mato Grosso. Desde fins de 1991, seguiram-se inúmeras reuniões entre os representantes dos Akwe-Xavante da aldeia Água Branca, seus assessores (antropólogos e advogados), representantes da FUNAI, do Ministério Público Federal e da Agip do Brasil (empresa então proprietária das terras no Brasil, subsidiária da Agip Petróli). Através dos contatos com a presidência da empresa italiana, foi proposta a reconversão social e ecológica da "fazenda" Suiá-Missu, com a sua restituição efetiva aos Xavante orientais. Em 1992, a FUNAI constituiu um grupo técnico para realizar a identificação e a delimitação da Terra Indígena Marãiwatsede, delimitando uma superfície de 200.000 hectares, sendo 168.000 hectares incidentes na fazenda Suiá-Missu e 32.000 hectares fora dela. No entanto, a ocupação por não-índios da porção da fazenda Suiá-Missu identificada como terra indígena ocorreu logo após a divulgação pela imprensa, na ocasião da UNCED-1992, no Rio de Janeiro, de declarações de representantes da empresa LIQUIFARM AGROPECUÁRIA SUIÁ-MISSÚ S.A., de propriedade da Agip do Brasil, relativas ao reconhecimento dos direitos dos Xavante, tendo manifestado publicamente o interesse em "devolver as terras aos índios". Apesar das pressões dos grupos de apoio e do sucessivo envolvimento dos ministérios italianos do Exterior, do Tesouro e do Ambiente, às declarações da Agip na mídia não se seguiram atos concretos. Ao contrário, a área foi invadida por centenas de "posseiros" sob a égide de políticos locais contrários ao retorno dos Xavantes.³⁴

Quanto a Ometto, após a aparência do nome da multinacional italiana como proprietária da Suiá-Missú, desprende-se sua ligação com o caso. Então, em seu nome aparece a colonização do município de Matupá, na região norte de Mato Grosso, onde também houve a colonização do município de Alta Floresta por Ariosto da Riva, isso nos anos de 1970.

³³Tsi'ruí'a T. Aquilino. **Sobre a Terra Marãiwatsédé**. 04/04/2007. Disponível em <http://www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=2446&eid=142> acessado em 19 de fevereiro de 2010.

³⁴ REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL op. cit.

Os aspectos culturais e ambientais nessas disputas ficam limitados ao poder econômico. O modelo de ocupação através do desmate e criação de gado é o fator preponderante, o acesso a terra ainda persiste ao longo dos quase cinquenta anos de lutas e disputas, o direito de posse fixa ainda é analisado e disputado judicialmente.

5.1 O sistema cooperativo na colonização privada – Canarana – MT

Localizada na mesorregião Nordeste de Mato Grosso, na microrregião de Canarana, o município foi objeto de colonização privada, organizada como cooperativa. O local onde houve a colonização fazia parte do grande município de Barra do Garças, antes do seu desmembramento em outros municípios.

Conforme Oliveira (1981), os primeiros migrantes para a região onde hoje se situa o município de Canarana foram goianos e maranhenses desapropriados em seus estados e assentados em 1940 pela Fundação Brasil Central. A colonização privada no município de Canarana deu-se pela Cooperativa 31 de Março - Coopercol – que implantou os projetos Canarana I, II, III. Na época procurou assentar colonos vindos de Tenente Portela, Rio Grande do Sul. Registra-se no ano de 1966 o início dos investimentos fiscais da Sudam na região do alto Xingu, nessa mesma época o projeto de colonização privada da Coopercol, objetivava ocupar as terras no mesmo local dos grandes projetos incentivados.

A cooperativa 31 de março, presidida pelo pastor Luterano Norberto Schwantes, teve como objetivo conseguir terras para pequenos proprietários do Sul do país que possuíam áreas menores que 15 hectares e caracterizavam minifúndios. No entanto, a reprodução social desses pequenos proprietários levava-os a demandar mais terras, que naquela época já estavam escassas. A idéia de Schwantes era migrar e adquirir terras com maiores extensões para que os pequenos colonos pudessem criar seus filhos e conseguir aumento de rendimento nas suas unidades agrícolas. A área de cada lote somava 400 hectares, quantidade superior a terra possuída no Sul. O projeto Canarana seguiu à época as exigências dos técnicos do INCRA de acordo com o padrão previsto no Estatuto da Terra – Lei 4.504 de 1964.³⁵ O conhecimento dos técnicos era repassado a uma equipe burocrática da Coopercol. Os grandes projetos da Sudam cobriam a área em que o projeto Canarana estava assentando. Ainda conforme o autor, esses grandes projetos eram compostos por várias agropecuárias financiadas pela Sudam, que de uma forma geral objetivou uma dupla função colonizadora:

...um era atrair para as regiões grandes empresários rurais, multinacionais, através de grandes projetos agropecuários da Sudam; outra era atrair pequenos e médios empresários rurais e produtores da unidade familiar, através da colonização particular na mesma região.

³⁶

³⁵ FERREIRA, João Carlos F. **Canarana**. Disponível em http://www.canarana.net/wordpress/?page_id=133 acesso em 19 de abril de 2010.

³⁶ (Ferreira, op. cit.)

Após o trabalho da Coopercol, de 1972 a 1975, surgiu a Empresa de Colonização Consultoria Agrária – Conagro S.C. Ltda., que estabeleceu colonização com aspecto privado.

A ocupação da região das nascentes do Rio Xingu - e do norte do Mato Grosso – não se restringe, no entanto, aos grandes empreendimentos agropecuários. O outro eixo da estratégia de ocupação e desenvolvimento da região foi a política de colonização, que era dirigida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e contava com incentivos fiscais da Sudam para projetos privados de colonização. Essas iniciativas foram implementadas nas décadas de 1970 e 1980, destinadas ao assentamento de pequenos produtores do sul, à produção de lavouras alimentares (arroz, milho e mandioca) e ao desenvolvimento da pecuária bovina. Os projetos de colonização, principalmente os de caráter privado, tornaram-se marcos importantes na formação de cidades.³⁷

Embora o processo de migração estivesse concretizado, houve intervenção direta do INCRA para impedir o fracasso dessa colonização. A região era local de conflitos entre posseiros e grandes proprietários, também enfrentou problemas de produtividade com a cultura do arroz que foi introduzida na região pelos colonos do sul. Esses fracassos fizeram com que os primeiros colonos vendessem suas terras para colonos com mais capitais, esses novos colonos possuíam novas técnicas que ajudaram na produtividade, registra-se com isso mudança no uso da terra e uma diferenciação social.³⁸ As terras adquiridas passaram a medir mais de mil hectares por propriedade, tinham no princípio um viés para a pecuária, e o plantio de soja milho e arroz.

Esses modelos de projeto estavam associados à colonização oficial. Contudo, logo após a implementação de Canarana, o governo fez concessões em grandes extensões de terra, na forma de glebas, para projetos de empresas privadas de colonização, que vendiam lotes de vários tamanhos. Isso acabou estimulando a concentração de terras, já que, muitas vezes, os pequenos produtores não conseguiam alavancar sua produção e acabavam vendendo seus lotes para os grandes proprietários, conforme explicou o professor Ariovaldo Umbelino da USP.³⁹

O latifúndio e o modelo agroindustrial que se instalou na região desde a década de 1970 traziam consigo a técnica e experiência dos primeiros colonos que chegaram a Canarana, no entanto, embora já possuíssem máquinas e equipamentos agrícolas, a produção era equiparada à do sul, produção de arroz, milho e gado,⁴⁰ mostra que entre os primeiros colonos que insistiram com a cultura tradicional trazida do Sul, a estratégia de produção desses produtos permaneceu por aproximadamente duas décadas, até que a presença da monocultura da soja desviou a forma produtiva da maioria.

Os relatos mostram que a inserção da soja na produção, distorceu uma cultura que já estava presente nos pioneiros, ou seja, a produção do milho e do arroz, embora com rendimento

³⁷ Instituto Socioambiental. **O Xingu na mira da Soja - Histórico da ocupação do entorno do Xingu** disponível em <http://www.socioambiental.org/esp/soja/8.shtm> acesso em 15 de maio de 2010.

³⁸ Moreno (op. cit.),

³⁹ INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, op. cit.

⁴⁰ Ribeiro (2005) Os dados e depoimentos colhidos pelo autor data-se do curso de *Desenvolvimento e Meio Ambiente* na disciplina Gestão de Pessoas e Ambiente, aplicados no curso de Administração da UFMT, turma especial de Canarana, 2005.

menor, o investimento do lucro era na criação de gado e manutenção da produtividade com recurso próprio. A soja, ao contrário, demandou substituir áreas de pastagens para aumento de produção, também, a oscilação do preço desse produto, trouxe uma nova realidade para os produtores, assumir maiores compromissos financeiros, o que não era comum entre os colonos, que no modelo tradicional contraíam pequenos empréstimos para a produção tradicional. Seguem alguns relatos de filhos e netos dos produtores pioneiros:

...a produção do milho e arroz era pouca, mas não precisávamos de empréstimos. As máquinas agrícolas trazidas do Sul davam conta da produção. Para a soja o investimento é maior, as máquinas são modernas e caras, se vem a crise, ficamos endividados.⁴¹

Também, foi possível verificar as questões ambientais e as mudanças culturais nos relatos, considerando a mudança da cultura tradicional para a soja:

Nas primeiras fazendas abertas, os proprietários respeitavam as medidas da proteção ambiental, tinha reserva [ambiental] e protegia as áreas mais próximas das nascentes. Envoltas das casas tinham árvores nativas, era mais fresco, agora desmatamos até o quintal e temos que usar ar condicionado na casa da fazenda, exageramos... não produzimos mais porcos e frangos caipira, esses são encontrados somente nos assentamentos do INCRA, a aproximadamente 40 quilômetros daqui.⁴²

A mudança na produtividade demandou pouca mão de obra, então a intenção de obter terras para poder “atender” o futuro dos filhos, também não se concretizou, conforme o relato de um filho de produtor rural:

Na produção tradicional [arroz, milho], tinha mais trabalho para nós, com a modernidade técnica, não dá mais para ficar na fazenda, temos que arrumar trabalho na cidade, na fazenda só tem trabalho na plantação e na colheita...⁴³

A colonização privada de Canarana mostra que foi possível a aquisição de maior quantidade de terras pelos colonos, no entanto, com o passar do tempo é possível notar uma tendência da tecnificação e da mudança dos filhos dos produtores pioneiros para o centro urbano em busca de emprego. Ao longo do tempo, a tendência do modelo agroexportador tem se apoderado do conhecimento técnico e da cultura dos migrantes do Sul.

6. Considerações finais

As vias terrestres que possibilitaram a migração de colonizadores e colonos para o Médio Norte e Nordeste mato-grossense geraram inúmeros modelos de apropriação de terras. Entre as diversas formas, a colonização privada retrata aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais.

Esses aspectos configuram dois pontos distintos. Por um lado, as Leis estabelecidas pelo poder público, o qual possibilitou um viés latifundiário e concentrador com o financiamento pelas suas instituições, contraria a tentativa da colonização privada para pequenas propriedades. O camponês migrante sobrevive ao longo do tempo com a ausência da técnica da produção e do financiamento

⁴¹ Ribeiro, op. cit.

⁴² Idem

⁴³ Idem

institucional. A chegada do capital do centro-sul do país, representados por empresas, empresários colonizadores e a institucionalização federal, possibilitou o acesso a terra, no entanto com políticas direcionadas.

A região do vale do Rio Arinos, tentando buscar iniciativa nas raízes culturais dos colonos paranaenses, representa uma resistência da pequena propriedade envolta pela expansão latifundiária que aporta a região atualmente, refletindo o passado paranaense que evidenciou a migração para o Estado de Mato Grosso.

Na região nordeste do estado, Canarana colonizou-se com áreas de terras consideradas por seu idealizador suficientes para atender as demandas das famílias camponesas quanto à produção, manutenção e continuidade agrícola para seus dependentes. No entanto, o aumento das áreas de terras e a tecnificação minimiza a possibilidade da permanência do colono no campo. São Félix do Araguaia se torna na atualidade um mix para a visualização de uma política de ocupação que demonstra a presença do capital, da institucionalização federal e ao mesmo tempo a ausência da celeridade para resolução dos problemas gerados na sua colonização.

Nesse sentido, o processo de colonização privada no estado sobrepõe direitos e conquistas de povos que habitavam a centenas de anos o Estado, alimentando o discurso da necessidade de ocupar o “grande vazio demográfico” existente na região Amazônica Brasileira.

Por outro lado, o latifúndio segue o trivial na região amazônica do Mato Grosso, após a pastagem, a produção de grãos industrializada se aproxima e fixa, como se de fato esse espaço estivesse na espera do modelo agroexportador, que se impõem dando uma característica a essa região como se fosse do Sul do país, “desertos verdes” nos períodos de plantações e cinza tórrida no período de colheita e estiagem, finalizando um aspecto desértico, ausente da pequena propriedade, da falta de emprego e propenso a geração da renda concentradora.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Geraldo José de. **O médio Araguaia: igreja e mudança**. Departamento de Geografia e História da Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado em História, área de História e política do Brasil. Fundação Universidade de Brasília, 1983.

BARQUERO, A. V. (2002). **Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização**. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. 280p.

Disponível em http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37774.pdf acesso em 31 de maio de 2010. Pg. 21 e 26

ESTADO DE MATO GROSSO. *Assessoria de Informações Técnicas – AIT*. 1984

FERREIRA, Eudson de Castro. **Posse e Propriedade territorial: a luta pela terra em Mato Grosso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

FERREIRA, João Carlos F. **Canarana**. Disponível em http://www.canarana.net/wordpress/?page_id=133 acesso em 19 de abril de 2010.

GUIMARÃES, Marcelo Duncan Alencar. **Os colonos de Rio Claro – uma colonização no norte de Mato Grosso**. Itaguaí – RJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Ciências do Desenvolvimento. 1988.

MORENO, Geslaene. **Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismo de Burla 1892-1992**. Cuiabá: Entrelinhas/EDUFMT, 2007.

MORIN, E. Por um pensamento ecologizado. In: **Faces do Trópico úmido : conceitos e novas questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente**. Edna Castro, Florence Pinton – org. Belém: Cejup/UFPA/NAEA, 1997.

NÉSPOLI, Marisol. **A questão agrária no município de Diamantino**. In Diamantino: do extrativismo à agricultura moderna. João Carlos Barrozo. Cuiabá: NERU/CNPq/ SEMEC de Diamantino, 2002. 198.: (Cadernos do NERU, número especial)

OLIVEIRA, Luiz R. Cardoso de. **Colonização e Diferenciação: os colonos de Canarana**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 1981.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL. 2004. **Suiá-Missú, Mato Grosso: sob ameaças, os akwe-xavante retornam ao seu território**. Disponível em <http://www.justicaambiental.org.br> acesso em 03 de fevereiro de 2010.

RIBEIRO, Alexandro Rodrigues. **A exploração da seringueira no Brasil e Mato Grosso: um resgate dos aspectos econômicos, das políticas nacionais, das relações de trabalho e dos processos tecnológicos**. Monografia apresentada ao departamento de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso, 1997.

ROCHA, Gisélia Silva. **O seringal e o seringueiro**. In Diamantino: do extrativismo à agricultura moderna. João Carlos Barrozo. Cuiabá: NERU/CNPq/ SEMEC de Diamantino, 2002. 198 páginas. (Cadernos do NERU, número especial)

SOARES, Luiz Antonio Barbosa. **TRILHAS E CAMINHOS: Povoamento não-indígena no Vale do Araguaia-MT, na primeira metade do séc. XX**. UFMT Dissertação 2004.

SWAIN, Tânia Navarro. **FRONTEIRAS DO PARANÁ: da colonização à migração**.

Tsi'ruí'a T. Aquilino. **Sobre a Terra Marãiwatsédé**. 04/04/2007. Disponível em <http://www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=2446&eid=142> acessado em 19 de fevereiro de 2010.

Sites consultados:

Lei n. 4.504 de 1964. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm> acesso em 02.06.2010.

Governo do Paraná, 1995-2009. Disponível em: <http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=73> acesso em 29 de maio de 2010.

Instituto Socioambiental. **O Xingu na mira da Soja - Histórico da ocupação do entorno do Xingu** disponível em <http://www.socioambiental.org/esp/soja/8.shtm> acesso em 15 de maio de 2010.

Informantes

Secretaria de Agricultura (Nova Maringá, 2008)

M. J. R. Migrante para Nova Maringá em 1979 – conhecedor da Gleba Continental. (Nova Maringá, 2008)

Ribeiro (2005) Os dados e depoimentos colhidos pelo autor data-se do curso de *Desenvolvimento e Meio Ambiente* na disciplina Gestão de Pessoas e Ambiente, aplicados no curso de Administração da UFMT, turma especial de Canarana, 2005.